

## A UNIDADE (*DIVISÃO*) DA GEOGRAFIA E O SENTIDO DA PRÁTICA

Nelson Rego (\*)

**E**ste é mais um ensaio sobre a teoria geográfica, tema de discussão que em algumas ocasiões tem sido classificado como enfadonho e aparentemente sem fim. Ora, a polêmica será sempre aparentemente sem fim enquanto a ciência estiver imersa no movimento geral da sociedade, enquanto houver diferença de objetivos e necessidade de conhecimentos a serem construídos; e será sempre enfadonha para quem prefere o fato estático, perfeitamente lapidado, dominado e não-referente a coisa alguma do mundo mutável.

Importa é saber se existem avanços. Em resposta a essa questão, o fazer geográfico demonstra uma mudança que parece inegável: tornou-se no mínimo embaraçoso falar de espaços sem falar das pessoas; das pessoas reais, contextualizadas em relações e conflitos de classe, das pessoas que trabalham, produzem e nada ou pouco têm que lhe pertença. A discussão introduzida e desenvolvida pela denominada Geografia Crítica aponta, em suas várias vertentes, o compromisso da ciência com os homens. Não se teoriza com a intenção diletante, mas se toma por referenciais práticos a necessidade de se transformar a vida e a permanente pergunta — o que fazer?

---

\* Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Procura-se o significado social da Geografia em duplo sentido: primeiro, como ciência que busca os procedimentos teóricos e instrumentais que clarifiquem a construção social do espaço geográfico; segundo, como ciência que se interroga sobre as relações desse conhecimento com a própria sociedade, discernindo a que interesses particulares serve uma disciplina geográfica feita sobre a ausência de homens concretos, e como a Geografia, oposta a essa anterior, contribui para a consciência, e esta para a mudança social.

Há, pois, uma indissociável relação entre o esforço teórico e a exigência da prática, numa reciprocidade tal que um momento não precede o outro, mas se reforçam continuamente: tanto a teoria subsidia a ação quanto a prática aponta as direções em que o pensamento deve avançar e se reformular. Este ensaio não tem outro objetivo, deseja novamente discutir a ciência geográfica, tomando por base o confronto de argumentos expressos em atividades diversas, principalmente a docente, e, de maneira muito especial, as críticas e contribuições referentes ao trabalho anterior, "*A ciência social que investiga a natureza*" (publicado nos "Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos", livro 2 — volume 2, 1984).

Para tanto, será necessário sintetizar inicialmente as afirmações contidas naquele trabalho, assim como o teor dos comentários a ele pertinentes. "*A ciência social que investiga a natureza*", face a completa ausência de unidade entre as pesquisas que se intitulam geográficas, abordou o problema de objeto e método em Geografia através de uma das mais persistentes fragmentações dessa ciência, a análise dicotomizada entre sociedade e natureza. A busca

de explicações fundamentais para a organização espacial<sup>1</sup> indica um rumo para a desejada unidade: se reconhecermos a sociedade como a instância<sup>2</sup> genericamente determinante do espaço geográfico, podemos focar a natureza como um conjunto de elementos envolvidos e transformados pelos sistemas produtivos. No entanto, ainda permanecem processos físico-naturais para além da determinação humana, compondo uma outra natureza que se entranha com aquela transformada. A determinação social não elimina a presença de duas instâncias diferenciadas que, para a própria competência da análise científica, devem ser apreendidas, em sua peculiaridade. Como, então, alcançar a unidade da ciência geográfica, enquanto análise simultânea da sociedade e da natureza, se aceitarmos, em princípio, a dificuldade que a diferença entre as duas instâncias traz para a construção de uma metodologia *comum* ao estudo de ambas?

<sup>1</sup> O que se entende por "organização espacial"? Conceito emergente da Nova Geografia, parece ainda muito impregnado pelo pressuposto funcionalista da manutenção. Pode, sem dúvida, ser reelaborado pela Geografia Crítica, que prefere, contudo, referir-se mais frequentemente à "produção do espaço", enfatizando a historicidade e sua base material. Como os conceitos se transformam a partir de seu significado original, parece lícito expressar com "produção-organização do espaço" tanto a historicidade quanto os arranjos (sem o restrito sentido funcionalista) estruturados pelos sistemas de produção.

<sup>2</sup> Aqui se faz oportuna a explicação do sentido conceitual com o qual se utilizou a palavra "instância", sentido já utilizado no trabalho anterior, porém de maneira pouco usual e não explicitada. Deriva da ampliação de um dos significados da palavra, quando esta designa cada um dos momentos que compõem uma dada seqüência, portanto, partes que se articulam num conjunto; assim, as instâncias "sociedade" e "natureza", compostas por outras menores, formam uma totalidade que se transforma pela interação de seus componentes, que se opõem, se combinam, se alteram e se confundem sem deixar de se diferenciar, isto é, sem perder a qualidade de instâncias — partes singulares constituintes de um todo.

Apoiada no paradigma funcionalista, a Nova Geografia (também chamada, simplesmente, de Geografia Quantitativa — sintomática redução da filosofia subjacente ao seu principal conjunto de instrumentos) adapta o método das ciências físico-naturais para o estudo da sociedade, assumindo, com isso, pressupostos ideológicos que acabam por esconder o movimento social quase numa Mecânica. Inversamente, a Geografia Crítica, sustentada principalmente pelos métodos dialéticos, com domínio marxista, revela o que a Nova Geografia quase sempre omite: a sociedade de classes e suas determinações sobre a produção-organização do espaço; mas essa não pode apenas com a dialética, ou com as dialéticas, explicar os processos físico-naturais. Desse modo, o trabalho anterior propôs como possível caminho para a Geografia sua confirmação entre as ciências sociais e a adoção dos métodos dialéticos como a maneira básica de procurar as explicações de seu objeto de análise, mas guardando dentro de si, como um capítulo, a metodologia desenvolvida pelas ciências físicas e naturais.

As críticas recebidas podem ser sintetizadas e classificadas como relativas à afirmada impossibilidade de se compreender sociedade e natureza através do mesmo método ou relativas à proposta de se abranger na Geografia ambas as instâncias. O primeiro conjunto de críticas pode ser subdividido em duas perspectivas: uma que defende o Funcionalismo, outra favorável à dialética hegemônica pelo Marxismo. A defesa funcionalista consiste em negar que a adaptação da metodologia desenvolvida pelas ciências físicas e naturais para o estudo da sociedade implique, necessariamente, em pressupostos ideológicos, representando, antes, a garantia da objetividade científica. A argumentação marxista, por outro lado, afirma a existência de uma dialética também na natureza, o que fundamentaria a unidade teórica e metodológica da Geografia. Ou seja, funcionalistas e dialéticos marxistas parecem reivindicar para seus respectivos métodos a capacidade de abarcar

toda a extensão da totalidade sociedade-natureza. O segundo grupo de críticas aceita a impossibilidade de se compreender essa totalidade através de um só método, mas nega, exatamente por esse motivo, o estudo de ambas as instâncias pela ciência geográfica. Dividem-se em pró-natureza e pró-sociedade, conforme entendem uma dessas instâncias como determinante do espaço geográfico.

Sintetizadas as afirmações do trabalho anterior e as críticas a ele referentes, torna-se possível a tentativa de nova teorização.

### **A unidade através do funcionalismo**

A diversidade de objetos e disciplinas científicas aparentemente é superada pela aplicação de um mesmo método de análise: o neopositivista, elaborado sobretudo a partir do desenvolvimento da Física e freqüentemente referido por seus defensores como "o método científico", por se fundar sobre a distinção entre sujeito e objeto e associar a essa separação o domínio da objetividade.

Adaptado para as ciências sociais e buscando uma inspiração mais imediata na Biologia, o método ganhou, e ainda conserva, o título de Funcionalismo, extensão metodológica que se abriga portanto, ao menos em parte, no neopositivismo, embora tenha sido formulada por Durkheim para a Sociologia, e por seus seguidores para outras ciências da sociedade, antes mesmo da depuração do Positivismo de Comte no atual Positivismo, mais racionalista e coordenado por várias tendências. Autores que utilizam conceitos de modo muito elástico costumam tornar o Funcionalismo sinônimo do próprio Positivismo contemporâneo, mas é lembrando seu caráter de extensão (e adaptação, o que implica na ausência de uma completa linearidade) do método maior para as ciências sociais que se resalta o significado com o qual Durkheim, Talcott Parsons e outros o forjaram, reestruturando as diretrizes positi-

vistas e neopositivistas com o aprofundamento das idéias evolucionistas e da analogia entre as instituições sociais e as funções cumpridas pelos órgãos dos seres vivos mais complexos. Seria por demais temerário tentar resumir em poucos parágrafos os enunciados que são comuns às várias correntes do Positivismo Lógico e que, por extensão, também configuram menos ou mais as diversas linhas do Funcionalismo; porém é imprescindível mencionar a permanência do conceito de função como o sustentáculo da visão funcionalista, como a maneira de orientar as ciências sociais, segundo o modelo organicista, para o estudo sistêmico dos objetos sociais, isentando-as supostamente, enquanto permanecerem restritas a essa orientação, de juízos de valor e aproximando-as da objetividade positiva.

Apesar das advertências do próprio Durkheim sobre os excessos que a aplicação do modelo poderia gerar, a analogia da sociedade com os organismos biológicos tornou-se cada vez mais implícita, isto é, introjetou-se como um hábito, um dogma, que dispensava explicitação, questionamento. Esse caminho percorrido pelo Funcionalismo foi, sem dúvida, impregnado de significação ideológica, pois são evidentes os limites da analogia organicista: cada ser vivo é, afinal, um sistema coeso de órgãos e funções que lhe garantem a autoconservação, nada, portanto, que lembre a sociedade dividida em classes, cujo antagonismo move a superação (destruição) de contextos históricos por outros, onde mudam as instituições, as hegemonias e as relações sociais. O predomínio dessa analogia não foi, de certo, isento de juízo de valor, pois, ao esconder a mudança social numa comparação extremada, apresentou, amiúde, a sociedade burguesa como o estágio talvez definitivo da evolução humana, o estágio mais complexo e racional, mais incorporado de "órgãos" e "funções", que se prolongaria pelo acréscimo linear de civilização e conhecimentos. Não por outro motivo, a designação do Funcionalismo como o

paradigma da manutenção passou a ter um sentido cada vez mais ideológico, como também assim se revelou o corolário da mudança como patologia do "organismo" social.

Seus defensores, porém, argumentam que se deve distinguir os fins para os quais o Funcionalismo foi usado e corrompido do paradigma mesmo que, como estrutura de conceitos básicos e proposição metodológica, não seria necessariamente (logicamente) comprometido com o discurso conservador. Em outras palavras, deve-se distinguir a redução tão-somente ideológica do paradigma a uma simples e extremada analogia, com todas as implicações decorrentes, do Funcionalismo como teoria e método que visa orientar a construção das ciências sociais por uma firme noção de objetividade, o que passaria pela busca das funções sociais como um modo de desvendar a articulação social mais complexa, sem julgamentos sobre a mudança ou conservação do sistema relevado. O controverso enfoque da manutenção, mal compreendido e exagerado na sua importância tanto por funcionalistas como por seus críticos, seria apenas um recurso utilizado com a finalidade de compreender e organizar conceitualmente as diversas funções num todo sistêmico, podendo ser aplicado no estudo de qualquer sociedade, e não apenas a burguesa, o que demonstraria a sua isenção de *juízos* de valor. Repetindo e enfatizando, não haveria na teoria e no método funcionalistas uma necessidade lógica intrínseca que levasse à defesa da ordenação capitalista e da hegemonia burguesa.

Mas se há uma possibilidade de defesa para o Funcionalismo, por outro lado, seus representantes mais críticos e intelectualmente honestos não deixam de reconhecer a maciça vinculação funcionalista com as diversas estruturas de poder na sociedade burguesa, ou pelo menos, num plano mais teórico, a dificuldade metodológica para compreender a mudança social (para citar dois autores no âmbito geográfico: Chorley e Heggett em "Modelos sócio-econômicos em Geografia"). Se não há, de fato, uma necessidade intrínseca que o leve a se tornar uma expressão

ideológica burguesa, porque então o Funcionalismo em particular, e não o Weberianismo ou a Fenomenologia, por exemplo, compromete-se de maneira tão especial e direta com interesses conservadores? Não parece lícito acusar o Funcionalismo de ter surgido como intencional resposta, direto reflexo da necessidade de legitimar ideologicamente a sociedade capitalista e burguesa (seria demasiadamente mecânico). Mas tão próximo se tornou o seu comprometimento com essa sociedade que, enraizado na própria teoria e no método, deve revelar uma possibilidade intrínseca, não sendo apenas resultado de um desvirtuamento prolongado. Nesse caso, seu próprio fundamento teórico deve evidenciar uma impregnação de valores e conceitos burgueses, não causando surpresa que seu desenvolvimento não tenha resistido à cooptação e ao imbricamento com o discurso ideológico.

Na base do Funcionalismo está a mesma objetividade postulada pelo Neopositivismo e trazida para as ciências sociais; objetividade associada à distância entre sujeito e *objeto* e à noção de neutralidade científica. Será, no entanto, possível, e mesmo desejável, idêntica neutralidade na investigação de múltiplos objetos específicos? Será sempre a mesma relação que se estabelece, por exemplo, entre o investigador e o movimento dos astros celestes ou a interferência do Estado nos conflitos de classe? O postulado da objetividade parece estacionado numa mística dogmática ao desconhecer que tanto a seleção do problema de análise como a destinação dos conceitos produzidos estão imersos no contexto social, e que esses dois fatores certamente não são alheios ao fazer científico ou à "função" do cientista.

Mesmo a seleção de objetos físicos e naturais envolve o condicionamento de pesquisador, que para este ou aquele problema dirige seu esforço de análise; mas essa seleção no estudo da sociedade se reveste de uma significação valorativa toda especial. Geralmente, as questões são, ou deixam de ser, focalizadas como objeto de análise me-



diante a existência de um contexto valorativo que as julga relevantes ou não. Basta lembrar que as discriminações raciais ou contra a mulher só se tornaram objeto de estudo sociológico quando foram vistas como problemas sociais, isto é, quando os discriminados puderam expressar não serem "naturais" suas subordinações. Do mesmo modo, só passaram a merecer maior atenção analítica as organizações e movimentos de trabalhadores quando estes impuseram-se (impõem-se) como gestadores de uma nova história, e, simultaneamente, trouxeram da marginalidade as teses de Marx, Engels e outros, contrastando-as com a ciência (ideologia) oficial.

Porém, ainda mais envolvido pelas interferências sociais é o destino dado aos conceitos produzidos. Se na seleção do objeto de análise existe um forte condicionamento, permanecem, todavia, possibilidades de escolha que, ignoradas pela maioria, serão privilegiadas por exceções individuais; já a destinação dos conceitos é completamente determinada pelo contexto social, sendo que eles são produzidos como que extraídos de seus autores, ganhando um sentido social maior nas maneiras pelas quais são utilizados. Essa determinação envolve também as conquistas (conceitos, descobertas, invenções) alcançadas pelas ciências físicas e naturais, mas adquire nas ciências sociais outra dimensão, pois relaciona-se diretamente com o ideário que a sociedade faz de si e, nessa medida, ao mesmo tempo que o conceito tem seu uso determinado pelo contexto social, ao ser utilizado torna-se ele próprio um elemento formador desse contexto. As aplicações de conhecimentos atingidos pelas ciências físicas e naturais podem ser utilizadas para fins pacíficos e construtivos ou para forçar a submissão de povos inteiros; os conceitos emitidos pelas ciências sociais, contudo, estão relacionados à legitimação de novas ou velhas ordens sociais, que dirão da utilidade designada a cada uma das ciências.

Portanto, o que se ressalta através da utilização dos conceitos produzidos é a diferente relação sujeito-objeto

entre as ciências físicas-naturais e as sociais. Enquanto para estas, o sujeito é exterior ao objeto, nas ciências sociais o pesquisador está incluso no objeto, que sempre vem a ser em última análise o sistema social no qual está inserido, que, por sua vez, tem no conceito produzido um dos agentes de sua dinâmica ou inércia. Enquanto os objetos físicos e naturais apenas podem ser descobertos em sua realidade própria, e esse conhecimento utilizado para fins pragmáticos, mas não podem ter retiradas de si as determinações mais fundamentais da matéria (que nós expressamos na forma de leis), os sistemas sociais são transformados ou mantidos pela atividade política, o que inclui verter conceitos para um sentido prático. Evidentemente não se ignora a condição física do ser humano, que também é envolvido pela materialidade universal; no entanto, ressalta-se o movimento histórico conduzido pelas relações sociais e pelo confronto político como a emergência de uma nova instância, onde a explicação do movimento não se encontra em leis irreversíveis e genericamente válidas.

Assim, se os conceitos, via soluções políticas, podem interferir na realidade social, a relação sujeito-objeto nas ciências sociais não pode pautar-se pela mesma noção de objetividade-neutralidade existente nas ciências físicas-naturais. Isso não significa o abandono da lógica e a adoção de perspectivas deformadas e estreitamente parciais e finalistas, mas o reconhecimento de que as ciências sociais abordam essa outra instância, essa singularidade emergente do mundo natural anterior, que se move ou se mantém fixa inclusive pelo ideário que faz de si. Se a consciência e a ideologia estão vinculadas à base material da sociedade, recusando afirmações idealistas do tipo "o pensamento antecede e produz a realidade", por outro lado, não se pode desconhecer a interferência dos conceitos sobre as relações entre as classes. Nesse sentido, nessa reciprocidade entre estrutura material e pensamento, é que o cientista social, na medida em que é um construtor do ideário da sociedade, não apenas apreende seu objeto de análise, mas

constitui, através das injunções do sistema, num dos agentes desse objeto, estabelecendo um compromisso que existe acima das vontades individuais dos pesquisadores em aceitar ou recusar essa condição.

Um paradigma que não contenha em seu cerne a noção desse compromisso tem o caráter que possibilita torná-lo um instrumento de mistificação ideológica, porque a ausência de tal noção já por si é ideológica: omite a inserção da ciência no confronto político da sociedade. A partir desse início, não é incoerente a cooptação pelo financiamento que seleciona os objetos de análise e dá aos conceitos emitidos (encomendados) o uso que lhe convém. Nesse contrato entre bem pronunciados interesses de classe hegemônica e a produção ideológica de conceitos, a necessidade de escamotear os antagonismos sociais encontra seu veículo excepcional nos desdobramentos da analogia organicista, que se disfarça numa linguagem crescentemente sofisticada e quiméricamente objetiva.

A chamada Nova Geografia evidencia exemplarmente as implicações do paradigma funcionalista traduzido em teorias diversas. Uma ilustração reveladora dessa Geografia é constituída pelas teorias da difusão espacial, que enfocam a propagação de técnicas modernas, principalmente agrícolas, como se a comparassem aos círculos provocados pelo arremeso de uma pedra num lago. Isto é, como se a aplicação de tecnologia ocorresse numa superfície (espaço geográfico?) socialmente quase homogênea, onde as "forças de atrito" opostas à propagação das "ondas" são compostas por resistências culturais, falta de capital e outros fatores, mas onde raramente são mencionadas as diferentes conseqüências que a inovação tecnológica traz para os homens desigualmente situados frente à propriedade dos meios de produção. No caso agrícola, enfatizam as novas técnicas (e, com alguma freqüência, as mudanças culturais associadas à assimilação dessas técnicas) como um conjunto de fatores necessários ao desenvolvimento; porém, quantas vezes, no meio de tratores, adubos

e pesticidas, indagam pela subordinação da agricultura ao capitalismo industrial, pelo significado, nesse contexto, da incorporação tecnológica jogada sobre a intocada estrutura latifundiária? Quantas vezes, enfim, indagam pelo crescimento acelerado dos contingentes de trabalhadores volantes e da miséria, cercando a abundância gerada? É ainda aquela mesma analogia, sempre implícita (talvez até inconsciente), que permite a visão de uma suposta coesão orgânica da sociedade, onde a incorporação tecnológica e o crescimento econômico aparecem, respectivamente, como "input" e "output" de um todo social abstrato.

Faz-se oportuno recordar que as teorias geográficas do difusionismo espacial estão contidas em teorias difusionistas mais amplas, oriundas da Sociologia e da Economia relacionadas ao paradigma funcionalista e elaboradas principalmente nos Estados Unidos, a partir da década de 50, em instituições financiadas pelo grande capital. Igualmente, convém lembrar que o fundo dessas teorias é o pressuposto de uma linearidade de interesses (e de uma coesão orgânica) entre estados desenvolvidos e subdesenvolvidos, o que justificaria a entrada sem precedentes das multinacionais nas economias periféricas e a criação e divulgação dessas teorias, ao mesmo tempo, instrumentais e legitimadoras.

Adotar o Funcionalismo como método da ciência geográfica, a fim de aproximar o estudo da sociedade do enfoque neopositivista das ciências da natureza parece implicar de maneira intransponível numa opção ideológica que, em nome de uma suposta objetividade, acaba, na verdade, por despolitizar a visão dos objetos sociais, abrindo caminho para a extrema sobreposição do fazer científico com a consecução de metas particulares. Talvez seja possível, e até desejável, a assimilação de aspectos específicos desenvolvidos pelo funcionalismo que, recontextualizados por outros paradigmas, poderiam alcançar novos e interessantes significados. Ressalta-se, contudo, a recusa ética

dessa concepção epistemológica derivada, inicialmente, do Positivismo de Comte e hoje sofisticada e sustentada pelo Neopositivismo.

### **A unidade através do Marxismo**

Aos marxistas, em princípio, não é necessário demonstrar a singularidade que as ciências sociais devem expressar em relação às físico-naturais, pois basilares para o Marxismo são as noções de historicidade e transformação conduzidas pela luta de classes e a inserção ativa do pensamento no contexto social. Desconsiderando interpretações mecanicistas, presentes tanto numa certa vulgarização do Marxismo, quanto nas suas versões para doutrinas estáticas em estados totalitários, sublinha-se desde Marx, passando por Gramsci, a importância da consciência, feita e vertida na atividade política, como condição necessária para a transformação, assim como o instrumento representado pela ideologia para a manutenção de hegemonias de classe e organizações sociais. Para *reforço* dessa noção, deve-se lembrar Sartre, sempre em debate com o Marxismo, que enfatizou, talvez mais do que qualquer outro pensador, o futuro (enquanto um projeto que orienta as ações) como um construtor do presente e como uma ruptura com a seqüência indicada pelo passado — o que distingue radicalmente o mundo dos homens da instância natural e, por certo, guarda alguma reciprocidade com a defesa que Habermas e Adorno, fundamentados nessa relação entre pensamento e sociedade, fazem da constituição de um método autenticamente singular para as ciências sociais.

Assim, demonstram uma certa incompreensão do humanismo marxista os argumentos que, com alguma frequência, em debates e atividades diversas, propõem a adoção de seu método dialético como maneira de se alcançar a unidade epistemológica no estudo da sociedade e da natureza. Essa incompreensão se manifesta tanto na extensão

da dialética ao estudo da natureza quanto na redução desta ao conceito de segunda natureza, pois, no primeiro caso, "humaniza" o inumano, enquanto, no segundo, confunde aquilo que é transformado socialmente, e nesse sentido humanizado, com a própria instância onde interagem as determinações físico-naturais. Em ambos os casos, ao invés de se evidenciar, dilue-se a diferença numa equivocada visão de homogeneidade.

Se estendermos o método à natureza e convencionarmos qualificar de dialéticas as simples idéias de interação e mudança, então veremos dialética desde na transformação de massas vegetais em depósitos carboníferos até na modelação das costas pelas ondas do mar, passando por toda a química orgânica da cadeia alimentar ou pela circulação atmosférica. Do mesmo modo, se igualarmos a dialética a um mero esquema nominal de tese, antítese e síntese, serão dialéticos os mesmos exemplos e uma infinidade de outros. Afinal, todas as coisas, desde montanhas e rios até insetos e partículas minerais, interagem com outras e, mais cedo ou mais tarde, transformam-se, ainda, em outras; e qualquer uma, ou qualquer conjunto delas, pode ser considerada tese, em oposição a uma segunda, simples ou composta, que será antítese, resultando da interação e mudança uma síntese, nova tese. Mas onde está a grande descoberta? No fato de que tudo muda? Isso Heráclito já sabia.

De que serve generalizar (e reduzir) um conceito a ponto de ser referente a absolutamente tudo, se com isso não se consegue mais que "revelar" o óbvio e dissolver o singular no indiferenciado? Procedendo como um Funcionalismo às avessas, será lícito passar para as causalidades físicas e naturais o sentido novo e mais relativo que o conceito de determinação alcança no estudo da instância social, onde as alternativas são ou deixam de ser realizadas historicamente pelas intencionalidades sociais substanciadas em forças políticas? Por certo, pode-se tentar referendar a visão de uma dialética natural em aspectos marginais

da obra de Hegel e, muito mais, no conhecido volume "A dialética da natureza" de Engels. Porém, é preciso considerar que, desde a época de Hegel e posteriormente de Engels, o avanço das ciências físicas e naturais, descobrindo as leis e determinações fundamentais da matéria, descartou esquemas mentais encaixáveis abstratamente na análise de qualquer objeto. Ao mesmo tempo, faz-se também necessário pensar na evolução permanente do pensamento dialético, que parece ter ultrapassado a pretensão de formular leis e enunciados universais, selecionando, de maneira teórica e metodológica cada vez mais singular, a dimensão humana, social e histórica como seu invólucro de objetos de análise.

Mais consistente é a tentativa de unidade através da ênfase ao conceito de segunda natureza, que estabelece, sem dúvida, um forte elo entre a sociedade e a instância natural; porém, esse conceito algumas vezes mal interpretado é sobreposto à natureza em sua inteira dimensão e, assim, a reduz a um meio completamente humanizado.

Compreendendo-se o processo social de assimilação da natureza como um conjunto de meios de produção, focaliza-se o metabolismo (para usar a expressão de Marx) que há entre o homem e o meio natural, relação constituída pelo trabalho socialmente determinado. Com isso, esclarece-se a transformação contínua de ambientes, paisagens, espécies animais e vegetais e, até, de ciclos naturais (que são encurtados para acompanhar as velocidades crescentes dos processos produtivos) pela incorporação de trabalho cristalizado em diversas formas de capital. Evidencia-se, também, a maneira de apropriação do meio natural, pois não se investiga, evidentemente, um trabalho abstrato, mas aquele mediado e coordenado pelas relações sociais. Assim, apreendendo a transformação da natureza em natureza socialmente produzida, abre-se, entre outras possibilidades de análise, uma perspectiva ecológica que, ao in-

vés de se referir a ações de um vago gênero humano, irá mencionar os objetivos pelos quais se orientam os modos de apropriação e produção do meio natural (social).

No entanto, a transformação da natureza pela sociedade não elimina processos resultantes da interação de determinações físico-naturais, que persistem alheias ao outro conjunto de determinações, as sociais, compondo uma primeira natureza, ou, simplesmente, a natureza mesma, que deve ser entendida necessariamente não apenas como o somatório de ambientes, paisagens, espécies e ciclos, mas como o resultado das primeiras determinações, com ou sem alterações provocadas pelo trabalho humano. Essas determinações, para a própria competência da análise e alcance da visão ecológica, devem ser compreendidas em sua realidade físico-natural.

O conceito de segunda natureza abre caminho para um entendimento dialético das relações entre as duas instâncias, discernindo as determinações sociais **na** apropriação da natureza e o modo como esta, transformada, apresenta novas condições para a rearticulação dessa totalidade. Mas julgar que isso resulte numa compreensão mais extensa da natureza e na unidade da ciência geográfica, enquanto esta se ocupar da explicação de processos físico-naturais, resulta de uma avaliação precipitada sobre o alcance do conceito, como se a natureza, por ser "puxada" para dentro do processo produtivo, fosse incluída e subjugada em todas as suas dimensões; ou por se falar numa dialética da totalidade sociedade-natureza devesse ser essa totalidade, em sua inteira extensão, igualmente dialética e humanizada. O homem está incluído na materialidade universal e imprime nesta materialidade que o envolve a sua feição humana, o que não significa uma indiferenciação final; como se o conceito dialético de totalidade implicasse numa igualdade das partes, como se não fosse justamente o contrário, com a diferença das instâncias devendo ser expressa e apreendida por métodos pertinentes e igualmente diferenciados.



## **Geografia e Prática**

Enquanto for objetivo da Geografia a explicação simultânea da sociedade e da natureza, Marxismo e Neopositivismo com sua versão Funcionalista, os dois paradigmas hegemônicos do pensamento contemporâneo, não respondem pela unidade dessa ciência. Outras concepções teóricas e metodológicas de ciência social, ao recusarem o caminho funcionalista, devem enfatizar a singularidade social em relação à natureza e, assim, tal como o Marxismo, também não terão, salvo mal-entendidos, a presunção de alcançar a referida unidade. Poderia-se, ainda, pensar na criação de um método particular para o enfoque espacial, mas isso, além de provavelmente redundar em artificialismos e meras descrições distributivas e locacionais, talvez viesse apenas confundir alguma extensão variante das metodologias já existentes com a autêntica elaboração de soluções inéditas. Aliás, considerando a distinção entre sociedade e natureza, entre consciência e inconsciência, torna-se difícil acreditar que uma nova proposta epistemológica de explicação pretensamente fundamental e simultânea de ambas as instâncias contenha mais que elocubrações desastradas e mirabolantes, senão, como o Funcionalismo, implicações nitidamente ideológicas.

Com a vinculação do fazer científico aos grandes paradigmas estabelecidos, muito mais que métodos particulares para as diversas ciências, configuram-se, isso sim, derivações ou prolongamentos dos paradigmas em submétodos e técnicas, atendendo as necessidades e objetivos de cada ciência. Assim, ao invés de se falar, por exemplo, em métodos da Física e da Biologia, ou da Sociologia e da História, mais esclarecedor é mencionar modos paradigmáticos de fazer ciência: o neopositivista, o marxista, o fenomenológico e os demais que venham a se confirmar na estrutura de paradigmas. Modos que, certamente, não se aplicam indistintamente a todas as ciências e nem a uma só

ciência, separando-se, numa primeira divisão, em relativos a objetos físico-naturais ou sociais e, muitas vezes, procurando interfaces ou disputando posições, conforme se complementem ou se excluam mutuamente. Modos que, formulando a partir de suas concepções básicas desdobramentos, técnicas, instrumentos e terminologias bastante peculiares, se configuram com distintas "personalidades", sobre as quais o investigador só adquire real domínio através de esforço prolongado.

Essa condição salienta o debate em torno da determinação mais decisiva para a produção-organização do espaço geográfico, como um caminho para definir a esfera de análise geográfica e seu modo de fazer ciência, pois se torna evidente a quase impossível unidade da Geografia que, enquanto ciência da sociedade e da natureza e reconhecendo a diferença entre as instâncias, deve realizar uma costura muito difícil entre modos de fazer ciência e esforços cognitivos. Uma necessidade de escolha parece se impor, uma escolha que permita o aprofundamento e a competência da análise geográfica e derrube o estigma da generalidade vazia e até, senão principalmente, ideológica. Uma escolha que se decida na prática dos geógrafos e no debate referido a determinação básica do espaço geográfico.

Os argumentos que defendem a determinação natural não devem ser associados sempre ao antigo mas ainda presente determinismo geográfico-natural; antes, partem de visões freqüentemente ingênuas e autojustificadas como ecológicas. Insistem, preferencialmente, em chamar a atenção para os limites físicos impostos como condição para a continuidade da vida, lembrando que esta, para a maioria dos seres, incluindo o homem, só é possível dentro de um certo espectro de combinações determinadas pela interação da Atmosfera, da Hidrosfera e da Litosfera na película superficial do planeta. Reforçam a noção de que esses limites físicos acabam por constituir limites também para a atividade e a interferência humana nos ecossistemas e, num alcance mais abrangente, no ambiente total composto

na superfície planetária, repercutindo o desrespeito a esses limites num comprometimento para a preservação da vida ou, pelo menos, em catástrofes parciais.

Denotam, no entanto, tais argumentos um entendimento falho do sentido em que se discute a determinação fundamental do espaço geográfico e mesmo do conceito em si de determinação. Não se pode negar que as necessidades vitais do homem são atendidas dentro de certos limites, não muito elásticos, de composição ambiental, mas esses limites físicos, determinados sem dúvida por interações igualmente físicas, não vêm significar por sua vez a própria determinação do espaço geográfico: aquilo que o move, produz, organiza. Com o perdão da redundância, que os defensores dessa linha de argumentos deixam de ver, limites apenas estabelecem... limites: a esfera do possível e o "castigo". Nada informam sobre a ação e sobre seus motivos.

Mesmo que sejam incontáveis os exemplos de submissão dos homens à natureza, difícil é não reconhecer que, regularmente, são os interesses e ações de classes condutoras que determinam estruturas fundiárias e formas agrícolas, concentrações e hierarquias urbanas e industriais, eixos de transporte e comunicações, relações de centro e periferia; em poucas palavras: que produzem e articulam o espaço, como um elo essencial da ordenação-dominação da sociedade. Uma determinação que, nesse contexto, se dirige também à natureza (dela se apropria e transforma), transgride as condições favoráveis à vida, sofre reveses e repassa as conseqüências desigualmente entre os homens.

Desse modo, com a explicação fundamental do espaço geográfico sendo a explicação dos motivos sociais, a Geografia, descartando a generalidade em troca do aprofundamento, deve buscar um modo de fazer ciência coerente com esse entendimento. A escolha em favor da sociedade não significa um abandono completo do estudo da natureza, que continua incluída no âmbito da ciência geográfica enquanto natureza apropriada e transformada na produção-

organização do espaço geográfico, mas significa uma renúncia, em favor das ciências genuinamente físico-naturais, da tentativa de explicar processos exteriores à determinação social.

A essa limitação do objeto geográfico pode-se obstar a necessidade de compreender em conjunto a sociedade e a natureza que, mesmo sendo instâncias radicalmente diferenciadas, estão, afinal, imbricadas numa totalidade indissociável. Uma apreensão de conjunto sustentaria, inclusive, uma sólida perspectiva ecológica que, conhecendo os motivos sociais e os processos da natureza, esclareceria, dos dois lados, o embate da sociedade com as condições ambientais, demonstrando, entre outros aspectos, como e por que certas alterações de ambientes trazem prejuízo à qualidade de vida, mas, através das relações entre as classes, trazem para uns apenas o prejuízo, e para outros, a reprodução do capital.

Complementarmente, deve-se indagar se a proposta limitação da Geografia não reforçaria a crescente especialização das ciências que, estruturadas academicamente pelo Neopositivismo e pelo Funcionalismo, parecem evoluir, quase estritamente, no sentido da criação de técnicas de intervenção sobre os diversos objetos de análise, sem, no entanto, formar uma visão de totalidade e sem questionar o significado da intervenção e a utilidade social desse avanço.

Pensando, sobretudo, na necessidade de compreender em conjunto a sociedade e a natureza, o ensaio anterior propôs a fusão de distintos modos de fazer ciência no interior da Geografia, que se obrigaria, então, à tarefa de realizar uma síntese especialíssima. Uma síntese que, obviamente, não poderia ser confundida com aquela da Geografia Tradicional, pois evidenciaria na relação dos homens com a natureza uma das vias de objetivação das contradições sociais, em vez de as diluir em exaustivas descrições tipológicas.

Contudo, esse objetivo, por ser realizável em sua plenitude somente pela fusão de distintos modos de fazer ciência, torna-se uma tarefa improvável para uma só disciplina, parecendo a renúncia a tal intento não representar um reforço à desarticulação entre as ciências, porém, ao contrário, o reconhecimento das dificuldades impostas pela diferenciação das instâncias de análise e um chamado à necessidade de competência epistemológica e de maior interdisciplinaridade entre as ciências. O encargo de apreender a totalidade sociedade-natureza, em sua inteira extensão, não pode ser destinado a uma só ciência, ou a algumas ciências (Geografia e Ecologia, por exemplo), mas ao conjunto de todas as ciências, que, ao se imbuírem desse objetivo, devem concomitantemente buscar outras metas, como a reformulação de estruturas acadêmicas e a inserção mais crítica do fazer científico no contexto social.

Para a reestruturação da interdisciplinaridade científica a Geografia pode contribuir de maneira bastante significativa contrastando o projeto de uma autêntica ciência social com sua presente indefinição, pois assim, aprofundando e acelerando a discussão em torno de seu objeto de análise e de seu modo de fazer ciência, deve desenvolver a Geografia propriamente dita e ofertar o embrião para uma nova ciência da natureza. Isto viria constituir uma verdadeira "argamassa" para a compreensão interdisciplinar da totalidade sociedade-natureza, uma vez que, com seus respectivos modos de fazer ciência, a Geografia emprestaria ao conceito de segunda natureza uma ênfase particular, enquanto a outra ciência incluiria a ação social como elemento integrante das composições ambientais.

Essa nova ciência, apreendendo os processos físico-naturais nas suas conjugações espaciais, poderia repensar o conceito de geossistema de maneira que, sem perder as características e as competências de uma ciência da natureza, fosse possível focalizar a atividade humana como componente da dinâmica geossistêmica, enquanto resultados sobre os ambientes e mudança de condições destes para

cial. Mas é preciso avançar, é preciso passar da denúncia à construção do novo, forjando coletivamente propostas e lutas por outra ordem social, onde cesse a contradição entre quem produz e quem administra a sociedade, inclusive o espaço.